

MOÇÃO **PELO DIREITO AO TRANSPORTE PÚBLICO**

Considerando que:

As conclusões do grupo de trabalho criado pelo governo através Despacho nº 13370/2011 – SEOPTC de 22/9/2011 – Simplificação Tarifária e reformulação da Rede de Transportes da Área Metropolitana de Lisboa, apontam soluções que, a serem postas em prática agravariam ainda mais a já difícil mobilidade dos que vivem e trabalham em Lisboa;

O encurtamento dos percursos, redução da oferta ou supressão de carreiras de autocarros, significariam mais um atentado aos utentes da Carris, que têm vindo a ser sistematicamente confrontados com a perda da qualidade do serviço que lhe é prestado e deixaria algumas zonas da cidade num autêntico deserto em termos de transportes colectivos;

A redução prevista na linha verde do Metropolitano de Lisboa, passando de comboios de seis carruagens para três, demonstra a falta de conhecimento da realidade e confirma que as medidas preconizadas se destinam apenas a cumprir um “caderno de “encargos”.

A supressão do serviço da madrugada, a par da alteração dos horários de encerramento da rede do Metro da 1 hora para as 21.30h na linha Azul (entre a Pontinha e a Amadora Este) e na Linha Amarela (entre o Campo Grande e Odivelas) e para as 23 horas, nas restantes linhas, é a declaração do recolher obrigatório para quem mora em Lisboa ou nas zonas periféricas afectadas;

Esta medida a ser concretizada poria em causa o regresso a casa ou a ida para o emprego de quem trabalha por turnos e, por outro lado, afectaria a vida nocturna da cidade, agravando ainda mais os problemas económicos já existentes;

Depois terem sido aumentadas as tarifas para 1,50€ nos autocarros, 2,5€ nos eléctricos e 3,00€ nos elevadores e ascensores, situações que configuraram aumentos de 100 a 150% de, no passado mês de Agosto, se terem registado novos aumentos entre ao 15 e os 25%, de ter sido criado o chamado “Passe Social Mais”, que procura desviar as atenções de uma política tarifária ignominiosa, põe em causa a universalidade dos serviços e cria uma discriminação inadmissível através da comprovação pública da falta de recursos das famílias, a Carris prepara uma nova fase de aumentos de tarifários, quer pela dita correcção anual, quer pela via da concessão a privados, procurando aumentar o preço de um bem público e, portanto, coberto parcialmente pelos impostos pagos pelos portugueses, até atingir o valor total da deslocação.

Estas medidas, que têm como objectivo a privatização da exploração dos transportes públicos, implicariam o despedimento (já anunciado) de centenas de trabalhadores e reduziriam drasticamente a mobilidade dos utentes.

O Grupo Municipal do PCP, propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa reunida em sessão ordinária a 8 de Novembro de 2011, delibere:

1. Solicitar da CML uma tomada de posição global contra a medidas que o governo quer implementar nos transportes públicos, na cidade de Lisboa;
2. Solidarizar-se com os utentes dos transportes públicos da cidade de Lisboa apoiando as lutas que vierem a desenvolver para que estas medidas não sejam concretizadas;
3. Enviar esta Moção:



- Ao Presidente da República
Ao Presidente da Assembleia da República
Ao Primeiro-ministro
Ao Ministro da Economia e do Emprego – Secretaria de Estado das Obras Públicas,
Transportes e Comunicações
Aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República
Ao Movimento dos Utentes dos Serviços Públicos
4. Remeter a presente moção para as redacções dos Órgãos de Comunicação Social

O Deputado Municipal

Modesto Navarro